

Educação Especial no Saeb:

RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

INSTITUTO RODRIGO MENDES
FUNDAÇÃO Lemann
iede
Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO
Instituto Rodrigo Mendes (IRM)

PARCEIRO
Fundação Lemann

APOIO TÉCNICO
Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

SUPERINTENDÊNCIA
Rodrigo Hübner Mendes

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E CONTEÚDO
Gabriela Albuquerque
Adriana Nogueira
Leonardo Nunes
Camila Cecílio
Luan Brito
Paloma Badari
Luiza de la Vega

GERÊNCIA EDUCACIONAL
Augusto Galery
Deigles Amaro

NÚCLEO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS
Maria Laura Gomes

FORMAÇÃO
Katia Cibas
Andréa Gonçalves
Bruna Magalhães

ADVOCACY
Karolyne Ferreira

RELACIONAMENTO COM PARCEIROS E ENDOWMENT
Luísa Moretti
João Marcello Bertazza

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Ana Paula Gimenes
Simone Santana

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Renato Soares
Felipe Frei
Moises Gama

SUPORTE OPERACIONAL
Adauto José Rosa
Michael Adauto Rosa

ASSESSORIA DE IMPRENSA
Beatriz Vichessi I imprensa@rm.org.br

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SAEB | INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO

PESQUISA E EDIÇÃO DE TEXTO
Maria Laura Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Luiza de la Vega

REVISÃO TÉCNICA
Antonio Daniel Caluz
Augusto Galery
Deigles Amaro
Ernesto Martins Faria
Júlia Braga
Katia Cibas
Matheus de Sena Cruz
Matheus Mascioli

REVISÃO DE CONTEÚDO
Roberta Soares

Estamos empurrando a fronteira da inclusão escolar.
Doe e transforme a realidade de crianças com deficiência e autismo.
Seu engajamento faz toda a diferença.



Acesse a página de doação pelo QR code acima ou clique aqui*

rm.org.br/doacoes/

Os resultados apresentados no relatório *"Educação Especial no Saeb: Indicadores de Participação e Desempenho"*[1], produzido pelo Instituto Rodrigo Mendes (IRM) em parceria com a Fundação Lemann e com apoio técnico do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), precisam ser lidos com cuidado e responsabilidade. Evidenciar que estudantes da Educação Especial apresentam menores taxas de participação nas avaliações e menores proporções de aprendizagem adequada não significa afirmar que esse público aprende menos ou que seu potencial é limitado. Significa, sobretudo, que o sistema educacional ainda não organizou, de forma equitativa, as condições para que todos aprendam e sejam devidamente reconhecidos nesse processo. Leituras que tomem esses dados como confirmação de que se deve manter expectativas baixas sobre esses alunos não apenas distorcem os achados, como reforçam as desigualdades que este estudo busca evidenciar e enfrentar.

Esses resultados retratam as condições oferecidas pelo sistema educacional brasileiro, desde o preenchimento do Censo Escolar e a organização, passando pela estrutura da aplicação até a disponibilização de recursos de acessibilidade e apoios pedagógicos ao longo da trajetória escolar. Com base nesse diagnóstico, este documento apresenta um conjunto de recomendações voltadas à ampliação das condições que garantam a participação, a aprendizagem e a equidade para os estudantes da Educação Especial. Partir do princípio de que todos os estudantes são capazes de aprender e de que a escola tem o dever de garantir as condições para isso é o pressuposto ético que orienta as proposições apresentadas a seguir, dirigidas tanto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) quanto às redes estaduais e municipais de ensino.

1 Os dados utilizados no presente trabalho decorrem de pesquisa realizada com as bases de dados protegidos do Censo Escolar da Educação Básica e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), referentes ao período de 2013 a 2023, acessadas mediante ingresso autorizado na Sala Segura do Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os resultados, análises e interpretações apresentados são de responsabilidade única dos autores, não representando a visão oficial do Inep, nem se constituindo em estatística oficial.



1

Recomendações para o MEC/INEP

1

Disponibilizar pesos específicos nos microdados do Saeb para subgrupos populacionais.

Hoje os microdados publicados trazem apenas o peso geral. Este estudo precisou construir pesos específicos para a Educação Especial, procedimento que deveria estar disponível para qualquer pesquisador ou gestor interessado em produzir estimativas válidas para subgrupos populacionais. O mesmo desafio se aplica a outros recortes como sexo e raça/cor, que são frequentemente usados em desagregações sem o ajuste metodológico adequado. Disponibilizar esses pesos ampliaria a transparência metodológica do sistema de avaliação brasileiro e fortaleceria a produção de evidências sobre equidade educacional.

2

Incluir a Educação Especial como estrato amostral próprio no desenho do Saeb.

Atualmente, o público da Educação Especial não possui tamanho amostral mínimo garantido nem constitui domínio próprio de estimação, o que limita a robustez estatística das análises. Garantir representatividade amostral para esse grupo é condição para produzir evidências mais precisas sobre a participação, a aprendizagem e as desigualdades educacionais.

3

Revisar e testar a identificação da Educação Especial no questionário do estudante.

A formulação atual pressupõe que os respondentes conhecem e compreendem categorias diagnósticas específicas, o que pode não ocorrer, especialmente entre estudantes mais jovens. Recomenda-se a realização de entrevistas cognitivas para avaliar a compreensão da pergunta e testar formulações alternativas mais adequadas às diferentes faixas etárias, incluindo a possibilidade de perguntas separadas para diferentes especificidades. Além disso, sugere-se incluir perguntas que permitam identificar, na percepção dos próprios estudantes, a existência de barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas, pedagógicas ou atitudinais que dificultem sua participação nas atividades escolares e nas avaliações.

4

Fortalecer as orientações às redes sobre o preenchimento adequado do Censo Escolar.

A publicação recente do *"Guia para identificação e declaração do público da educação especial no Censo Escolar"*, elaborado pelo MEC, representa um avanço importante ao oferecer orientações às redes de ensino sobre os procedimentos de identificação e registro dos estudantes. Recomenda-se que essa iniciativa seja acompanhada de ações permanentes de comunicação, formação e apoio técnico, com especial atenção ao preenchimento do campo referente aos recursos necessários para a participação dos estudantes nas avaliações do Inep. O registro adequado dessas informações é fundamental para a organização dos apoios de acessibilidade e para evitar que dados incompletos ou incorretos comprometam a participação dos estudantes nas avaliações.

5

Avaliar continuamente a efetividade dos recursos de acessibilidade disponibilizados e diversificar as formas de apresentação das questões e de registro das respostas.

Os resultados evidenciam diferenças expressivas de participação entre os grupos da Educação Especial, sugerindo que os recursos atualmente ofertados, assim como os formatos das questões, a sua apresentação e as suas possibilidades de resposta, podem não ser suficientes para garantir condições equitativas de participação. Recomenda-se a adoção de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação da efetividade dos recursos de acessibilidade, bem como a ampliação e diversificação dos meios de apresentação, expressão e engajamento, em consonância com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Esse processo deve considerar a heterogeneidade do público atendido e incorporar a escuta de estudantes, famílias e profissionais envolvidos na aplicação das avaliações.

6

Institucionalizar a produção e divulgação de indicadores da Educação Especial no Saeb.

A Educação Especial deve constituir uma dimensão permanente de monitoramento do sistema avaliativo nacional. Recomenda-se a produção e divulgação periódica de indicadores específicos sobre participação, acessibilidade e aprendizagem desse público, ampliando sua visibilidade nas estatísticas educacionais oficiais e fortalecendo o uso dos dados para formulação de políticas públicas.



2

Recomendações para Redes Municipais e Estaduais de Ensino

1

Qualificar o preenchimento do Censo Escolar e instituir mecanismos de validação das informações.

O acesso dos estudantes aos recursos de acessibilidade depende diretamente da qualidade das informações registradas pelas escolas. As secretarias de educação devem apoiar tecnicamente as unidades escolares, promover formações periódicas e criar procedimentos de verificação e validação dos registros antes do envio ao Inep, reduzindo inconsistências que possam comprometer a participação dos estudantes na avaliação.

2

Monitorar e reduzir barreiras à participação dos estudantes da Educação Especial no Saeb.

Os resultados evidenciam taxas de participação inferiores às observadas entre os demais estudantes. As redes devem identificar os fatores associados à não participação, monitorar sistematicamente esse indicador e desenvolver estratégias específicas para remover barreiras organizacionais, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais que impeçam ou dificultem a presença e participação plena desses alunos na avaliação.

3

Revisar os processos de identificação e registro dos estudantes da Educação Especial.

As divergências observadas entre os registros do Censo Escolar e as respostas dos estudantes no Saeb sugerem que as redes revisitem como esse processo está sendo conduzido nas escolas. Para o registro no Censo Escolar, o Inep aceita diferentes documentos e instrumentos, como o Plano de Atendimento Especial Especializado (PAEE), o Plano Educacional Individualizado (PEI), a avaliação biopsicossocial da deficiência ou o laudo médico. É importante que as redes compreendam que o laudo médico é apenas uma das possibilidades previstas e não o único caminho para a identificação do aluno. A interpretação equivocada de que apenas pessoas com laudo devem ser registradas pode contribuir para processos de subnotificação e comprometer tanto o acesso aos apoios educacionais quanto a qualidade das informações produzidas. Garantir que os procedimentos de identificação sejam conduzidos de forma adequada é condição para que os estudantes que necessitam de apoio sejam devidamente reconhecidos e atendidos.

4

Fortalecer a articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o trabalho pedagógico ao longo da trajetória escolar.

Os dados indicam que a proporção de estudantes com aprendizagem adequada cai de forma consistente ao longo das etapas, padrão que se observa tanto entre os alunos da Educação Especial quanto entre os demais, evidenciando o acúmulo de desafios na trajetória escolar que demandam ações de toda a rede. Para o público da Educação Especial, o enfrentamento desse desafio passa também pela articulação entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os professores regentes, os coordenadores pedagógicos, os gestores e os demais profissionais envolvidos no processo educacional, garantindo que as informações sobre as necessidades, as potencialidades e os avanços de cada estudante orientem o planejamento e as práticas pedagógicas ao longo de toda a trajetória escolar.

5

Instituir sistemas de monitoramento da trajetória escolar dos estudantes da Educação Especial.

As redes são responsáveis por criar mecanismos permanentes para monitorar matrícula, frequência, participação em avaliações, acesso aos apoios previstos e indicadores de aprendizagem dos estudantes da Educação Especial. Esse monitoramento deve incluir definição de responsabilidades, fluxos de monitoramento e estratégias de intervenção quando forem identificadas situações que indiquem barreiras à participação, à aprendizagem ou ao acesso aos apoios necessários.

6

Promover formação continuada sobre avaliação e educação inclusiva.

As redes de ensino devem oferecer formação continuada para gestores, professores regentes, profissionais do AEE e equipes responsáveis pela aplicação das provas, abordando temas como acessibilidade, avaliação educacional, identificação de estudantes da Educação Especial e uso pedagógico dos resultados produzidos pelo Saeb para orientar o planejamento e a tomada de decisão.